



PATRIMÔNIO URBANO, PAISAGENS CULTURAIS E MEIO-AMBIENTE

O PROCESSO DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA CARACTERIZAÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL: o caso do bairro Lagoinha, Belo Horizonte

**O. NERY, Samantha (1)¹; OTONI, João Pedro (2); ANDRADE, Teresa C. Guerra
de (3); CASTRIOTA, Leonardo Barci (4)**

1. Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Doutorado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável
Escola de Arquitetura da UFMG - Rua Paraíba 697, sala 201. Cep. 30130-140,
Belo Horizonte, Minas Gerais.
E-mail: samnery@gmail.com

2. Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável
Escola de Arquitetura da UFMG - Rua Paraíba 697, sala 201. Cep. 30130-140,
Belo Horizonte, Minas Gerais.
E-mail: otoni.joaop@gmail.com

3. Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável
Escola de Arquitetura da UFMG - Rua Paraíba 697, sala 201. Cep. 30130-140,
Belo Horizonte, Minas Gerais.
E-mail: tca.guerra@yahoo.com.br

4. Universidade Federal de Minas Gerais.
Escola de Arquitetura da UFMG - Rua Paraíba 697, sala 201. Cep. 30130-140,
Belo Horizonte, Minas Gerais.
E-mail: leocastriota@yahoo.com.br

RESUMO

Ao longo do século XX, o campo do patrimônio cultural viveu uma crescente valorização da participação cidadã. Têm sido efetivadas propostas e decisões que consideram as percepções e a relação entre os cidadãos que vivenciam o território e o patrimônio que ali se

¹ "O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001"

insere, não mais se restringindo à decisões tomadas por técnicos, especialistas, políticos ou formadores de opinião, Neste panorama em transformação, caracterizado a partir da segunda metade do século XX por uma concepção ampliada do patrimônio, a “paisagem cultural” tem sido vista como um importante constructo teórico para a compreensão da relação entre o homem e seu meio. Com a absorção, desde 1992, da categoria de paisagem cultural pela UNESCO, esta ideia passa a ser objeto de uma extensa pesquisa em todo o mundo, investigando-se seus vários contornos teóricos e âmbitos de utilização. A Convenção Europeia da Paisagem, de 2000, se tornou um marco significativo neste movimento, ao desenvolver um conceito amplo de “paisagem” que abarca todo o território, sendo capaz de expressar a diversidade do patrimônio e atuar como elemento fundacional de sua identidade, conforme é apreendida pelas populações. Além disso, o documento encoraja a participação cidadã. Um dos países pioneiros no estudo da Paisagem Cultural foi a Inglaterra, com a criação de metodologias de mapeamento e caracterização do território, a partir do viés da paisagem. Assim, desde a década de 1980 vêm sendo desenvolvidas ali metodologias neste sentido, como a HLC - *Historic Landscape Characterisation* e a LCA - *Landscape Character Assessment*, que vêm sendo amplamente divulgadas, inspirando inclusive sua implementação e/ou adaptação em outros países, nas décadas seguintes. Mais recentemente, concebeu-se na Inglaterra outra metodologia, a HAA - *Historic Areas Assessments* que, com uma visão mais voltada para o patrimônio urbano, busca compreender a paisagem através da leitura de suas camadas históricas. Ao analisar essas abordagens, constata-se que um dos aspectos mais desafiadores em seus processos é o da inclusão sistemática da participação cidadã que, mesmo sendo considerada fundamental, tem encontrado entraves em sua efetivação. Neste texto apresentamos a experiência de caracterização da paisagem realizada no contexto brasileiro, no bairro da Lagoinha, em Belo Horizonte, que procura dialogar com a experiência inglesa já consolidada, discutindo-se especialmente o processo de participação cidadã. Após uma descrição e análise dos métodos de participação cidadã adotados em nossa leitura - “*survey*” e “grupos focais” - são apresentados os resultados obtidos, discutindo-se de que forma essas metodologias podem incrementar as leituras do território na caracterização da paisagem cultural da Lagoinha.

Palavras-chave: Paisagem Cultural; Participação Cidadã; HLC; HAA; Lagoinha

Introdução

A associação entre paisagem e patrimônio cultural vem sendo amplamente discutida e valorizada nas últimas décadas. No âmbito mundial, na área de preservação do patrimônio, a qualificação de uma área como paisagem cultural vem destacando as interações entre o ser humano e a natureza, assim como entre o patrimônio material e imaterial (RIBEIRO, 2007). A paisagem cultural pode ser lida de diferentes formas e expressa a relação do ser humano com o seu meio natural, incluindo suas transformações com a passagem do tempo.

Ao longo do século XX ocorreu também uma crescente valorização da participação cidadã no campo do patrimônio. Progressivamente têm sido efetivadas propostas e decisões que abarcam as percepções e a relação entre os cidadãos que vivenciam o território e o patrimônio que nele se inserem, revelando valores singulares, diferentes das percepções de técnicos, especialistas, políticos ou formadores de opinião possuem sobre o mesmo objeto.

Este artigo tem como objetivo apresentar as metodologias de mapeamento e caracterização do território a partir do viés da paisagem, que vêm sendo desenvolvidas na Inglaterra e têm sido amplamente divulgadas desde a década de 1980, como a HLC - *Historic Landscape Characterisation* e a LCA - *Landscape Character Assessment*. O desenvolvimento dessas metodologias tem inspirando sua implementação e/ou adaptação em outros países. Apresenta-se ainda outra metodologia inglesa, a HAA - *Historic Areas Assessments*, desenvolvida mais recentemente. Complementarmente, se discorre sobre o processo da participação cidadã na caracterização da paisagem cultural, destacando-se alguns documentos mundiais importantes, que se tornaram referências sobre estes temas. Uma leitura dessas metodologias aponta que a inclusão sistemática da participação cidadã, mesmo sendo considerada fundamental, tem encontrado entraves em sua efetivação.

Neste contexto, será apresentada a experiência de caracterização da paisagem realizada no bairro da Lagoinha, em Belo Horizonte, que procura dialogar com a experiência inglesa já consolidada, destacando-se o processo de participação cidadã. Após uma descrição e análise dos métodos de participação cidadã adotados nesta leitura - “survey” e “grupos focais” - serão apresentados os resultados obtidos, discutindo-se de que forma essas metodologias podem incrementar as leituras do território na caracterização da paisagem cultural da Lagoinha.

Paisagem cultural, patrimônio cultural e participação cidadã

Ao longo do século XX, a concepção de patrimônio se ampliou e a “paisagem cultural” tem sido lida também como expressão das interações entre o homem e seu meio, ocorrendo paralelamente a progressiva valorização da participação cidadã no campo do patrimônio.

No ano de 1989, a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, realizada em Paris, elaborou um documento - *Recomendação de Paris* - que preconiza a salvaguarda da cultura tradicional e popular, tendo em vista a sua importância na aproximação de grupos sociais e na consolidação das identidades culturais locais. Voltado para a defesa dos interesses coletivos, o documento recomenda que os Estados-membros deveriam elaborar e introduzir nos programas de ensino curricular e extracurricular o estudo dessas culturas, objetivando sua salvaguarda (IPHAN, 1989).

A partir de 1992, com a inserção da categoria de “paisagem cultural” pela UNESCO, o tema passa a ser objeto de intensas pesquisas em todo o mundo, investigando-se seus vários contornos teóricos e âmbitos de utilização sendo desenvolvidas, inclusive, metodologias para a aplicação do conceito à diferentes contextos.

Em 2000, foi aprovada pelo *Conselho da Europa a Convenção Europeia da Paisagem*, CEP, que conceitua a paisagem como sendo todo o território, tal como é percebido pelas populações, resultante das ações e interações entre os fatores naturais e humanos, sem a atribuição de qualificativos. Neste sentido, a CEP propõe o reconhecimento da paisagem como um componente fundamental do ambiente humano, que traduz a diversidade do seu patrimônio cultural e natural e se constitui como a base de sua identidade, ou seja, a paisagem é um elemento essencial à qualidade de vida das populações, exercendo funções essenciais de interesse social, cultural, ecológico, ambiental e econômico (CEP, 2000).

Assim, a CEP estabelece princípios voltados à atenção dos interesses coletivos e preconiza também a participação cidadã nos processos de compreensão e preservação da paisagem. Esta proteção, gestão e ordenamento da paisagem aplicam-se a todo o território, que pode ser entendido como paisagem tanto excepcional como degradada ou cotidiana, conferindo à CEP uma dimensão democrática (LAGE, 2018).

No âmbito brasileiro, a Constituição Federal de 1988, também denominada “Constituição Cidadã”, no seu Artigo 216 trata de forma ampla o conceito de patrimônio, estabelecido

anteriormente pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, e substituindo a denominação de Patrimônio Histórico e Artístico por Patrimônio Cultural Brasileiro, que incorpora em seu conceito a noção de "referência cultural" e a identificação dos bens sujeitos ao reconhecimento, incluindo de forma inédita aqueles de caráter imaterial.

No Art. 216 da Constituição Brasileira o patrimônio cultural é conceituado como os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988, Art. 216). O conceito de Patrimônio Cultural Brasileiro apresentado abrange:

I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, Art. 216).

Na Constituição há também a inclusão da participação cidadã, no processo de preservação do seu patrimônio: o parágrafo 1º do Artigo 216 destaca que cabe ao poder público, com a colaboração da comunidade, a promoção da proteção do patrimônio cultural brasileiro (BRASIL, 1988). Em 2009, em concordância com a UNESCO e com a Constituição Brasileira, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN publicou a Portaria nº 127, normalizando a paisagem cultural como instrumento de preservação do patrimônio cultural brasileiro, instituindo um instrumento jurídico intitulado "chancela" (IPHAN, [20--]). Entre os objetivos propostos pela portaria supracitada, ressalta-se a criação de uma rede de proteção do patrimônio, com a participação do poder público, da sociedade civil e da iniciativa privada, tendo como finalidade a gestão compartilhada da porção do território nacional reconhecida (IPHAN, 2009).

Cabe destacar ainda que a Secretaria Especial da Cultura, do Ministério da Cidadania - que trata da formulação de políticas, programas e ações que promovem a cidadania por meio da cultura - elaborou o Plano Nacional de Cultura - PNC, em parceria com a sociedade civil, e baseia-se em três dimensões da cultura, consideradas complementares: a simbólica, a cidadã e a econômica. A dimensão cidadã se pauta no entendimento da cultura como um direito básico do cidadão (BRASIL, [20--]), revelando-se essencial garantir a participação efetiva da sociedade na construção das políticas públicas relacionadas à proteção do seu patrimônio.

Como demonstrado, a inclusão do conceito de paisagem cultural nos estudos e sua ampliação, bem como o incentivo à participação cidadã nas questões relativas ao patrimônio cultural permeiam, de forma significativa, a segunda metade do século XX, refletindo-se nas últimas décadas na elaboração de documentos essenciais para a consolidação deste pensamento - como é o caso da Constituição Cidadã do Brasil, de 1988 e da Convenção Europeia da Paisagem, de 2000.

Metodologias inglesas de leitura da paisagem

Nesta seção apresentam-se três metodologias que buscam a compreensão da paisagem cultural e incluem a participação cidadã em suas perspectivas. Em um trabalho do *Natural England*, vinculado ao governo inglês, Christine Tudor (2015) apontou a Inglaterra como um dos países pioneiros na leitura, mapeamento e caracterização da paisagem, que vem desenvolvendo várias metodologias. Aponta-se que as discussões levantadas pelos ingleses fomentaram, também, a constituição da Convenção Europeia da Paisagem (2000). Serão abordadas as seguintes metodologias inglesas²:

1. *Landscape Character Assessment - LCA*
2. *Historic Landscape Characterisation - HCL*
3. *Historic Areas Assessments - HAA*

O surgimento destas metodologias se iniciou nos anos 1980, com a *Countryside Commission*, que estava interessada em criar modelos de leitura e gestão para áreas designadas como apresentando importância nacional, como parques nacionais e áreas de beleza natural excepcional (TUDOR, 2015, p.7, tradução nossa). Neste processo, os especialistas compreenderam a necessidade de se estabelecerem formas de gestão da paisagem e publicaram o *Landscape Assessment Guidance* (1993). Posteriormente, esta publicação resultou na publicação do *Countryside Character Programme*, com a intenção de incorporar o rico patrimônio das paisagens às decisões de gestão da paisagem (TUDOR, 2015, p.7).

Landscape Character Assessment - LCA

² Como parte de um trabalho ampliado da disciplina da Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura (UFMG), realizou-se um workshop no segundo semestre de 2019, com dois pesquisadores ingleses, Sam Turner e Graham Fairclough, que vêm estudando e trabalhando com estas metodologias, para discuti-las e aplicá-las à Lagoinha.

O *Landscape Character Assessment (LCA)*, *Avaliação do Caráter da Paisagem*, surgiu no final dos anos 1980 e se consolidou ao longo dos anos 1990. É um processo de identificação e descrição da variação do caráter da paisagem, buscando identificar e explicar a combinação única de elementos e características que tornam determinada paisagem única (TUDOR, 2015), resultando na produção do *Landscape Character Assessment*. Foi criado inicialmente dentro do contexto exposto, para a leitura de paisagens naturais, mas ao longo dos anos sua utilização tem abarcado os contextos urbanos.

Como aponta Tudor (2015), o *LCA* apresenta alguns princípios básicos:

1. Paisagem está em todo lugar e toda paisagem (interior ou costeira) tem um caráter - *character*
2. Paisagem ocorre em todas as escalas e o processo de *Landscape Character Assessment* pode ser feito em qualquer escala
3. O processo deve abarcar uma compreensão de como a paisagem é percebida e experienciada pelas pessoas que vivenciam aquele espaço
4. O *LCA* pode prover evidências-base para auxiliar em decisões e ações promovidas na paisagem, a partir de uma leitura espacial integrada, que tem a capacidade de abarcar muitas variáveis

Como destacado no princípio básico número três, o processo de leitura e compreensão de uma paisagem deve ser efetivado a partir da experiência das pessoas, com a validação da participação cidadã. Como já observado, este princípio se reflete nas orientações da Convenção Europeia da Paisagem (2000), que compreende a importância que uma paisagem possui para as pessoas que a vivenciam e estas percepções e experiências podem variar. Desta forma, a metodologia aceita uma percepção múltipla da paisagem, abarcando diferentes sentidos para a constituição de sua percepção e as diferentes populações envolvidas, bem como a relação significativa entre memória e paisagem, buscando se compreender os valores e representações presentes em determinada paisagem:

PRINCÍPIO 3. A AVALIAÇÃO DO CARÁTER DA PAISAGEM DEVE ENVOLVER UM ENTENDIMENTO DE COMO A PAISAGEM É PERCEBIDA E EXPERIMENTADA PELAS PESSOAS.

As necessidades sociais, econômicas e ambientais das pessoas são, em parte, tratadas por sua relação com a paisagem ao seu redor, que contribui para sua qualidade de vida. As percepções e experiências das pessoas sobre as paisagens variam. Além de responder às qualidades visuais das paisagens, as pessoas também percebem as paisagens através dos sentidos

da audição, olfato, tato e paladar. Memória e associação também são importantes. A consciência da representação das paisagens na arte, música e literatura também será relevante. Os valores que as pessoas colocam em suas paisagens variam por diferentes razões e podem refletir nos serviços, ou nos benefícios contribuídos pela paisagem e/ou seus componentes. (TUDOR, 2015, p.13, tradução dos autores)

Historic Landscape Characterisation - HLC

O *Historic Landscape Characterisation (HLC)*, *Caracterização Histórica da Paisagem* também surgiu em meados dos anos 1980 e compreende a paisagem a partir de sua formação histórica, ou seja, dos extratos históricos e arqueológicos que podem ser lidos na paisagem e as características geomorfológicas do território, como relevo e altitude, desde uma perspectiva arqueológica. Em sua tese de doutorado, Laura Lage (2018) aponta que o método do *HLC* se constitui a partir da definição de áreas com características homogêneas, compreendendo também fatores urbanísticos, como o uso do solo e tipologias arquitetônicas e urbanas.

O inglês Sam Turner (2006), uma referência no desenvolvimento desta metodologia, aponta que ela se diferencia de outras bases de dados convencionais da arqueologia principalmente por considerar o modo como a paisagem é percebida pelas pessoas. Atualmente, o HLC tem se utilizado de tecnologia georreferenciada, como o GIS, para mapeamento e caracterização territorial, permitindo-lhe uma visualização muito precisa das diversas características aí presentes e a realização de modificações virtuais nos mapas gerados. Assim, o HLC consegue incorporar uma multitude de pontos de vistas de uma mesma paisagem. Como aponta Turner (2006), ao utilizar-se esta metodologia não se busca uma perspectiva ‘fechada’, ‘autêntica’ ou ‘oficial’ da paisagem mas, ao contrário, são constatadas visões heterogêneas dos diversos grupos envolvidos. Desta forma, o HLC pode ser uma plataforma de apoio a debates sobre decisões a serem tomadas sobre o futuro de determinado território, ou seja, pode atuar como um mecanismo de auxílio na gestão da paisagem:

Uma diferença importante entre o HLC e os bancos de dados arqueológicos convencionais é a valorização da paisagem pelo HLC como uma área percebida pelas pessoas. Em vez de criar um mapa "definitivo" de características da paisagem com determinados valores, um HLC apresenta uma interpretação de caráter histórico mais generalizado dentro do qual o valor é aberto à negociação baseado em pontos de vista diferentes (ver Olwig, 2004, p. 42). [...] Os HLCs não procuram criar perspectivas "fechadas" que se relacionem apenas com uma história "autêntica" ou "oficial" do passado, mas em vez disso, estão abertas à reivindicações e contra-reivindicações (ver, por exemplo, Hall, 2006; cf. Williamson, 2006, pp. 57-59). O HLC pode fornecer um fórum para debate e discussão sobre o valor da paisagem e como devemos

moldar trajetórias de mudança para o futuro. (TURNER, 2006, p.393, tradução dos autores)

Historic Areas Assessments - HAA

O *Historic Areas Assessments (HAA)*, *Avaliação de Áreas Históricas* é uma ferramenta prática para entender e explicar o interesse patrimonial de uma determinada área e ajudar a determinar o caráter da mesma (ENGLISH HERITAGE, 2017, p.1). Surgiu em meados dos anos 2000, em meio às discussões relativas à caracterização e gestão da paisagem, com o olhar voltado para o ambiente histórico construído. Através do HAA é possível explicar a importância do território em análise e levantar os problemas que têm potencial para alterar seu caráter específico.

Diferentemente das outras duas metodologias expostas, o HAA propõe uma análise em escala limitada, abrangendo uma área urbana definida, incluindo assentamentos humanos mistos (natural e urbano), e pode captar as nuances e detalhes tanto da paisagem natural quanto do ambiente construído. (ENGLISH HERITAGE, 2017).

Abaixo lista-se alguns pontos chaves do HAA, que são algumas características necessárias para se compreender a paisagem (ENGLISH HERITAGE, 2017):

- Limites: uma área de estudo tem que ter seus limites bem delimitados e não ser muito abrangente, o que inviabilizaria o estudo devido ao custo e volume de trabalho, e nem tão limitada que não compreenda o contexto da investigação;
- Definição do caráter: assim como nas outras metodologias, o caráter é definido como fatores que diferenciam determinada área daquelas do entorno;
- Áreas características: são regiões em que é possível a compreensão de determinado caráter,
- Processos históricos e arquitetônicos: representam as diferenças históricas e arquitetônicas da área em estudo, que através de uma série de pesquisas, tornam o HAA mais efetivo;
- Compreensão da condição, integridade e vulnerabilidade: auxilia na determinação da sensibilidade à formas particulares de mudança e como estas podem ser absorvidas.

Assim, o HAA almeja uma leitura pormenorizada da área em estudo e uma de suas características é o incentivo à participação da comunidade juntamente com os estudos dos especialistas. Como esta também é uma metodologia de gestão e planejamento, o olhar da

comunidade local é fundamental para se promover uma análise condizente, que possa promover um desenvolvimento sustentável, como destacado:

Para se entender completamente o caráter de um lugar, as visões dos especialistas e da comunidade precisam ser reunidas. O envolvimento com as comunidades locais é uma parte essencial do processo de planejamento. O NPPF descreve a importância de empoderar as comunidades para desenvolver uma visão compartilhada para sua comunidade (NPPF, parágrafo 183). A abordagem HAA pode ajudar as comunidades que trabalham nos Planos de Vizinhança a avaliar o caráter e o significado de suas áreas, a fim de pactuar prioridades para o futuro e promover o desenvolvimento sustentável. (ENGLISH HERITAGE, 2017, p.8, tradução dos autores)

A partir do estudo destas metodologias acima descritas, foi discutido como aplicar uma ou mais destas no processo de caracterização do bairro Lagoinha. Inicialmente foi estudado o HLC, mas o grupo constatou a necessidade de conhecer as outras duas metodologias - LCA e HAA, pois a maior dificuldade encontrada para a aplicação do HLC ao caso em questão estava que esta metodologia se utiliza geralmente de uma escala de análise mais ampla. Dessa forma, buscou-se entender qual seria a mais adequada como suporte para as análises, com o objetivo final de se alcançar uma caracterização fidedigna da paisagem cultural da Lagoinha, a partir da relação entre os usuários e o território, o que foi satisfeito planejando-se um processo participativo que se integrasse a pesquisa realizada a partir do HLC, que aportou algumas características particulares do território.

Belo Horizonte e o bairro Lagoinha

O bairro Lagoinha, localizado na região noroeste da cidade de Belo Horizonte, surgiu no final do século XIX, tendo como primeiros habitantes pessoas vindas de outros municípios mineiros e imigrantes italianos, em sua maioria operários que vieram para trabalhar na construção da capital - além de portugueses, turcos e espanhóis. O bairro foi classificado como estando na área pericentral da cidade e surgiu a partir das colônias agrícolas Carlos Prates e Américo Werneck, as quais foram integradas oficialmente à zona suburbana da cidade nas décadas de 1910 e 1920 (FREIRE, 2009).

Na década de 1950, ao longo do processo de formação do bairro, a Lagoinha já apresentava algumas características próprias, sendo considerada um local de boemia, com intensa vida noturna e prostituição, presença constante da "música", ao mesmo tempo em que algumas partes do seu território eram predominantemente residenciais, constituídas por famílias tradicionais, com forte expressão de religiosidade. Também começaram a se desenvolver ali um conjunto de ofícios específicos, como o comércio de móveis e antiguidades e a oferta de

várias especialidades, como costura, concerto de instrumentos musicais, marceneiraria, entre muitos outros, atraindo moradores de outros bairros e tornando-se um bairro vibrante em todas as horas do dia.

Além disso, em função da sua localização, o bairro ocupa uma posição estratégica de ligação entre o Centro e o Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), tendo se tornado em algumas épocas um local de passagem. Tendo em vista essa importante conectividade, nas últimas décadas têm sido realizadas no bairro grandes intervenções urbanas relacionadas à ampliação da capacidade viária da capital, gerando fragmentações em seu tecido urbano e provocando sua descaracterização com relação a seus aspectos histórico, cultural, sócio espacial e econômico (BERNARDES, 2016). Assim, ao longo do tempo a Lagoinha teve parte do seu território reduzido, além de sofrer profundas alterações em sua paisagem, resultando na perda de moradores e impactos ao seu patrimônio material e imaterial.

Atualmente, uma grande parcela do bairro revela um aspecto decadente e de abandono, em função da degradação de seus imóveis, além da presença constante de moradores de rua e usuários de drogas, transmitindo aos visitantes e aqueles que transitam em sua área externa uma sensação de insegurança, especialmente nas área próxima aos complexos viários. Entretanto, esse “abandono”, atribuído ao poder público, de certa forma resultou na preservação das características arquitetônicas de algumas edificações (FREIRE, 2009), especialmente em sua área interna e, apesar das perceptíveis degradações urbanas, ainda se constata no bairro a presença de simbolismos do cotidiano e o interesse dos antigos moradores na preservação de sua história (BERNARDES, 2016).

Participação cidadã na Lagoinha

Como observado, nas últimas décadas o conceito de paisagem cultural tem vivido um crescente reconhecimento, que inclui a participação cidadã - fundamental para a sua compreensão e gestão -, presente nestas três metodologias apresentadas e em vários conceitos no campo do patrimônio. Têm sido efetivadas propostas e decisões que consideram as percepções e a relação entre os cidadãos que vivenciam o território e o patrimônio que ali se insere. No entanto, a inclusão sistemática da participação cidadã,

mesmo sendo considerada fundamental, tem sido um dos aspectos mais desafiadores desta área.

Para este estudo, entendendo que a participação dos usuários de um espaço é fundamental para a compreensão de seus valores, atributos, ou seja, de suas características constituintes, o estudo da paisagem da Lagoinha realizou um survey e um grupo focal com seus moradores e trabalhadores, no segundo semestre de 2019.

Em 1994 já havia sido realizado um survey (publicado em 1995) proposto pela equipe de pesquisa responsável pelo Inventário IPUC Lagoinha (MORAES e PEREIRA, 1995). O Inventário se constituiu como "parte de uma política de preservação pioneira implementada pela Secretaria Municipal de Cultura [...] (observando o) contexto mais amplo - o urbano, com seus múltiplos cruzamentos espaciais, funcionais e simbólicos - para chegar à identificação das referências culturais" (MORAES e PEREIRA, 1995, p.8) e articulou três formas de abordagem: histórica, urbano-arquitetônica e sociológica.

Portanto, a proposta foi reapplicar o mesmo survey (1995-2018), com os mesmos usuários que estivessem disponíveis, buscando compreender suas percepções com relação ao bairro, considerando a passagem do tempo, de 1994 a 2018, através das questões anteriores.

Constata-se que em sua primeira versão os entrevistados possuíam certa dificuldade em definir os limites do bairro com relação ao bairro Bonfim, enquanto os moradores do Carlos Prates tinham esta definição de limite clara. No survey 2018 a percepção da área variou bastante de acordo com o perfil dos entrevistados, se era morador ou trabalhador, e as respostas variaram muito, principalmente com relação ao caráter - característica, das diversas "partes" do bairro: para alguns, a área ainda possuía um caráter boêmio, para outros a região era bastante tradicional e religiosa, já para um terceiro grupo a área como um todo tinha um caráter misto e indefinido, o que pode ser justificado pela ampla substituição de moradias uni e multifamiliares por galpões comerciais e estacionamentos, fazendo com que porções da área analisada possuam predominantemente uma ocupação de caráter diurno, com certo abandono noturno, gerando inclusive percepções de insegurança.

Para complementar os resultados do survey foi realizado um grupo focal, em novembro de 2018, com o objetivo de estabelecer uma aproximação e compreensão das ideias e

percepções dos moradores e trabalhadores locais em relação às suas vivências no bairro e à paisagem.

O grupo foi formado por alguns moradores e trabalhadores que tem visibilidade nas mídias e/ou, de acordo com algumas indagações prévias, desenvolvem um trabalho significativo no bairro, tais como representantes das principais atividades econômicas existentes, buscando-se ter uma diversidade no grupo. Um dos moradores do bairro que integra o Coletivo Viva Lagoinha - responsável pela promoção de uma série de eventos culturais e ações para a preservação da história e memória do lugar, entre outras iniciativas - colaborou para a formação deste grupo.

Participaram do grupo focal 23 pessoas, incluindo moradores, comerciantes, empreendedores, líderes religiosos, ativistas e demais personalidades que vivenciam a realidade do bairro, além dos pesquisadores. Havia também uma representante do poder público, a Prof. Dra. Laura Lage, do Conselho Municipal de Cultura, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH). O grupo teve a duração de aproximadamente três horas e foi gravado, o que permitiu à equipe realizar diversas escutas posteriores, para realizar a análise da conversação.

No grupo havia 17 pessoas que moram e trabalham no bairro, 01 pessoa que apenas trabalha no bairro e 01 pessoa que apenas mora no bairro, além dos outros participantes já citados. Integrando o grupo de moradores havia algumas pessoas que nasceram no bairro e representam a quarta geração ali presente, pois pertencem à famílias de imigrantes que chegaram no final do século XIX, no início de sua construção - e estas pessoas apresentaram grande conhecimento sobre os processos de transformação enfrentados pelo bairro.

Foram formuladas algumas perguntas prévias como guia para a conversa, de acordo com demandas que o grupo de pesquisadores possuíam referentes à relação dos usuários da Lagoinha com a paisagem, a partir dos aspectos constatados, especialmente através da elaboração de seu HLC. Ao longo do grupo algumas perguntas foram respondidas espontaneamente, e todos os temas contidos nas perguntas foram abordados.

Quando perguntados sobre quais os usos eles queriam incentivar ou desincentivar no bairro, alguns temas foram consenso, como o incentivo ao seu uso residencial, a preservação das habitações já existentes, a atividades como co-working, marcenaria, economia criativa e solidária, aos seus movimentos sociais e a seus aspectos culturais. Outros apontaram sua

vocação para o turismo e para a museologia, relacionada por exemplo à memória dos imigrantes e à sua própria história pois, como disseram "suas ruas contam a história da fundação de Belo Horizonte".

O uso residencial do bairro tem sido incentivado por uma ação chamada "Vem pra Lagoinha", do grupo Viva Lagoinha, que propõe a reocupação dos galpões com a construção de casas, voltado para um público de jovens, idosos, artistas e outros grupos que não possuem um poder aquisitivo alto, buscando evitar a expulsão dos moradores e, ao mesmo tempo, manter o mesmo padrão residencial já existente no bairro. Ainda assim, alguns participantes receiam que esta ação possa em algum momento atrair investidores externos e promover a gentrificação.

Sugeriu-se também estimular a participação dos habitantes na vida social local, ampliando a mobilização, fomentando a criatividade, o samba, as raízes culturais e atraindo atividades para a juventude e para os idosos. Outras propostas foram a melhoria das vias públicas e das calçadas, maior arborização e preservação do patrimônio, como o restauro de suas casas abandonadas - incluindo a melhoria da Rua Itapecirica e a recuperação de seus casarões, o resgate da história e da memória local. Foi apontado ainda que os moradores possuem condições de preservar seus imóveis e que deve ser incentivada uma mescla entre comércio e moradias, propondo-se em alguns casos o uso misto dos imóveis.

Os participantes desejam solucionar o problema da degradação da Lagoinha, que inclui poluição visual. Alguns identificaram que grande parte das alterações arquitetônicas que ali ocorreram se deve à construção do corredor viário da avenida Antônio Carlos, com a divisão do bairro devido à implantação do Viaduto da Lagoinha. Como um morador apontou: "parece que existem duas Lagoinhas, uma da Itapecirica para cá, outra pra lá...", mostrando a divisão entre a "casca" do bairro e a parte interior.

Quando perguntados sobre como eles viam o entorno do Complexo da Lagoinha, vários ressaltaram sua degradação, incluindo as obras descuidadas que foram realizadas neste local, no período da Copa de 2014, causando uma série de deficiências. Outro participantes diz que vê o Complexo como um paradoxo, que aquele espaço da Lagoinha sempre foi complexo, pois antes havia carros e a linha de trem circulando juntos e que atualmente este paradoxo se deve ao Complexo proporcionar "dois lados", como ele relata: do lado ruim, este se tornou um lugar sujo, abandonado, mas do lado bom, esta construção ajudou a preservar o bairro e seus modos de vida, a preservar a grande quantidade de imóveis que

existem, pois a Lagoinha ficou separada (do resto da cidade) e se mantém, prevenindo a especulação imobiliária, como ocorreram na maioria dos outros bairros da cidade. Os participantes acreditam que apesar de terem sido perdidas algumas características imateriais do bairro, ainda perdura a solidariedade: "a Lagoinha abraça, acolhe todo mundo"

Um deles disse que "o ideal seria derrubar o Complexo, mas como não tem jeito...", sugeriu mudanças, que foram elencadas por vários participantes: "tinha que ser tudo colorido", "tipo grafitar", "realizar um projeto arquitetônico". Outra moradora sugeriu que se faça uma horta vertical neste entorno e o grupo retomou ao assunto do impacto visual desta região, pois o Complexo é o entorno, é a parte visível para quem passa, e os viadutos estão ocupados em seus baixios, perto do Metrô, conformando uma paisagem que retrata o abandono e "quando as pessoas passam e vêem isto, há o risco de se naturalizar a visão dos moradores de rua". Foi sugerido também que estes espaços dos baixios se tornem parques urbanos, com plantas originais do lugar, não a partir de medidas higienistas com relação aos seus ocupantes atuais, mas buscando-se soluções com o envolvimento do poder público e que integrem as políticas necessárias, como sociais, de segurança e de saúde.

A modo de conclusão

É possível compreender, através das exposições feitas, que internacionalmente tem se caminhado para uma busca constante da ampliação da participação cidadã no processo de leitura e gestão do patrimônio cultural, que também vem adquirindo novos contornos ampliados neste último século. Este processo da gestão do patrimônio que se restringia à decisões de autoridades e especialistas têm passado por uma releitura, a partir de uma compreensão inédita do próprio significado de paisagem cultural, que passa a representar todo um território e se insere nesse contexto propiciando uma leitura rica e ampliada, mais democrática, que abarca nuances, divergências e complexidades do território.

O caminho trilhado pelos ingleses, que colaboraram em grande medida para a elaboração da Convenção Europeia da Paisagem, revela estratégias que podem ser aplicadas a outros territórios, desde que observadas as particularidades de cada contexto. Além disso, merece destaque a valorização crescente da participação, um direito dos cidadãos e uma ferramenta essencial para a compreensão da paisagem, nas percepções daqueles que a vivenciam de

fato, cotidianamente. Porém, compreende-se o grande desafio para realizar esta participação e tem-se buscado como incorporá-la nas leituras da paisagem.

No caso específico da Lagoinha, buscou-se estudar as diferentes metodologias inglesas para criar-se uma alternativa que conseguisse abarcar as particularidades do território em estudo, realizando-se inicialmente uma leitura prévia do bairro baseada no HLC. Adaptações precisaram ser feitas, principalmente por se tratar de uma escala de estudo menor do que aquelas consideradas na Inglaterra e também por ser um território de ocupação relativamente recente, quando comparado aqueles ingleses.

O processo de caracterização da paisagem da Lagoinha ainda está em curso, mas avanços foram alcançados. A realização do survey e do grupo focal se mostraram muito esclarecedoras para a complementação e modificação de algumas percepções que os pesquisadores possuíam previamente mas, ao mesmo tempo, validaram inúmeras leituras de paisagem já efetuadas, que apontavam para a necessidade de se preservar o caráter residencial do bairro, a conservação de seu patrimônio edificado, o resgate de características fundamentais de sua história e memória como patrimônio intangível que estava sendo esquecido, a restauração de sua área externa como uma prioridade, para resgatar sua imagem positiva, e acreditando-se, acima de tudo, que as pessoas que vivenciam o espaço são os verdadeiros detentores de saber e devem ser envolvidos continuamente neste processo de gestão da paisagem.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, Brenda Melo. **Memória, cotidiano e as propostas institucionalizadas direcionadas ao bairro lagoinha em Belo Horizonte/MG: múltiplas visões de um mesmo lugar**. Dissertação de Mestrado, Escola de Arquitetura da UFMG, 2016.

BRASIL. **Constituição Federal de 05 de outubro de 1988**.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial da Cultura. [20--]. **Patrimônio Cultural**. Disponível em: <<http://cultura.gov.br/patrimonio-cultural/>> Acesso em: 23 maio 2019.

BRASIL. **Plano Nacional de Cultura**. Disponível em:
<<http://pnc.cultura.gov.br/entenda-o-plano/>> Acesso em: 23 maio 2019.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CEP. **Convenção Europeia da Paisagem**, Florença, Itália, 2000.

FREIRE, Cintia Mirlene Pela. **Cotidiano, memória e identidade: o bairro Lagoinha (Belo Horizonte, MG) na voz de seus moradores**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2009. Acesso em: 15 set. 2018

HERITAGE, English. **Understanding Place: Historic Area Assessments**. Londres: Historic England, 2017.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Paisagem Cultural**. ([20--]). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/899/>> Acesso em: 23 maio 2019.

IPHAN. **Portaria IPHAN nº 127 de 30 abr. 2009**.

IPHAN. **Recomendação Paris de 15 de novembro de 1989**. Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular. Conferência Geral da UNESCO - 25 Reunião.

Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%201989.pdf>>

Acesso em: 23 maio 2019.

LAGE, Laura Beatriz. **Paisagem como ligação entre a conservação do patrimônio e o planejamento territorial: conservation through development.** 2018. 503 f. Tese (Doutorado) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

MORAES, Fernanda Borges de; PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela (1995). **Inventário do Patrimônio Urbano e Cultural de Belo Horizonte.** Bairro Lagoinha. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Secretaria Municipal de Cultura.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio.** IPHAN. Rio de Janeiro, 2007.

TUDOR, Christine; ENGLAND, Natural. **An Approach to Landscape Character Assessment.** 2. ed. Londres: Natural England, 2015. 57 p.

TURNER, Sam. **Historic Landscape Characterisation: A landscape archaeology for research, management and planning.** Landscape Research, [s.l.], v. 31, n. 4, p.385-398, out. 2006. Informa UK Limited.